



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Elaboramos esta carta de apresentação das demonstrações financeiras da **Pintos S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** de 31 de dezembro de 2025 e informamos o que segue:

1. Documentos:
 - a) Relatório da Administração;
 - b) Relatório da Auditoria;

2. Relação das Demonstrações Financeiras:
 - a) Balanço Patrimonial;
 - b) Demonstração do Resultado;
 - c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
 - d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
 - e) Demonstração do Resultado Abrangente;
 - f) Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras.

Declaramos que o conteúdo dos documentos relacionados é a representação fiel da situação patrimonial desta Instituição na data base mencionada e que somos totalmente responsáveis quanto ao conteúdo dos documentos contidos no arquivo enviado.

Teresina-PI, 23 de fevereiro de 2026.

Marco Antônio de Carvalho Pinto
Diretor Presidente

Eliane Alves Pinheiro Bonfim
Contadora: CRC-PI 8420/0-4

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, Marco Antônio de Carvalho Pinto, brasileiro, casado, natural de Teresina, Piauí, empresário, portador da carteira de identidade n.º 418.065-PI, inscrito no CPF/MF sob o nº 207.743.973-49, residente e domiciliado na cidade de Teresina, estado do Piauí, à Rua Senador Cândido Ferraz, n. 1.981, bairro Jóquei Clube, CEP: 64.049-250 assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo.

Declaro inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis.

Teresina-PI, 23 de fevereiro de 2026.

Marco Antônio de Carvalho Pinto
Diretor Presidente

Relatório da Administração

Senhores (as) acionistas,

Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao segundo semestre de 2025.

Apresentação das atividades

As atividades operacionais da **Pintos S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** têm por objetivo operações de CDC, Crédito Pessoal e Crédito Consignado. As operações são realizadas através de uma rede de 09 (nove) lojas do Grupo Pintos (Lojas Pintos - correspondente Nacional) no estado do Piauí e do Maranhão. A instituição iniciou sua operação em março/2020, com autorização do BACEN ocorrida em fevereiro/2020, tendo iniciado as operações por meio do produto de Crédito Consignado com as empresas do Grupo Pintos, em seguida com as operações de CDC, Crédito Pessoal, Consignado Servidor Federal, Consignado INSS e Consignado Auxílio Brasil, respectivamente, utilizando as lojas Pintos localizadas em Teresina-PI e Timon-MA.

Avaliação de Resultados

No segundo semestre de 2025, a financeira obteve um resultado líquido, antes da adição do JCP, de **R\$ 1,223 milhão**.

Em relação ao segundo semestre de 2024, houve uma redução de **39%** no lucro líquido.

Desempenho Operacional e Financeiro

Carteira de Crédito: Em 31 de dezembro de 2025, a carteira apresentou uma redução de **91%** em comparação ao segundo semestre anterior, em decorrência da cessão dos contratos das operações de crédito.

Despesas Operacionais e Administrativas: As despesas operacionais e administrativas totalizaram R\$ 3,060 milhões no semestre, representando um aumento de 29% em relação ao segundo semestre do exercício anterior, decorrente do impacto da cessão dos contratos realizada com deságio.

Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido encerrou o semestre no montante de **R\$ 30,223 milhões**, consolidando a solidez financeira da instituição.

Gestão de Risco Operacional

Em atendimento a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil a Financeira possui política de gerenciamento dos riscos operacionais, sendo responsável pela identificação, avaliação,



monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação.

Risco de Mercado

Em consonância com o que prevê a Resolução 4.557/17 do CMN a Financeira possui gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado.

Ouvidoria

Implementado desde 18 de novembro de 2019, a Ouvidoria da **Pintos S.A. Crédito, Financeiro e Investimento** foi desenvolvida com base na Resolução n.º 4433/15 do BACEN. A partir de outubro de 2020, passou a atender ao que rege a Resolução nº 4.860/20, buscando contínuas melhorias para atendimento integral às referidas determinações, possibilitando-os as demandas efetuadas ao canal de comunicação dos 0800 da Ouvidoria. Nos pontos de vendas dos Correspondentes Nacional, o cliente possui informações da existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da Ouvidoria e suas respectivas atribuições.

Teresina-PI, 23 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Teresina – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações Comparativas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 2 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, a qual descreve que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil. Conforme a Nota Explicativa, as demonstrações contábeis não apresentam informações

comparativas em razão da dispensa prevista na Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e na Resolução BACEN nº 352, de 23 de novembro de 2023. Nossa opinião não modifica em relação a este assunto.

Eventos Subsequentes e Contingências Passivas

Ressaltamos o conteúdo da Nota Explicativa nº 15, que descreve o recebimento de autos de infração pelo Município de Teresina em 19 de janeiro de 2026, totalizando o montante estimado de R\$ 1.417.016,05. Conforme mencionado na referida nota, a administração, amparada por seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível, motivo pelo qual não foi constituída provisão para o montante principal, em conformidade com a NBC TG 25. Adicionalmente, a nota descreve o pagamento de multa no valor de R\$ 38.761,55 em fevereiro de 2026, referente ao Auto de Infração nº 043-900874/2025, evento este reconhecido no resultado do exercício de 2026. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da PINTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2026.

Vicente Michelin

CRC-RS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
BALANÇO PATRIMONIAL – R\$MIL

ATIVO

	Nota Explicativa	31/dez/2025
CIRCULANTE		32.244
Disponibilidades	4	17
Banco Conta Corrente		17
Ativos Financeiros ao Valor Justo	5	31.464
Títulos e Valores Mobiliários		31.464
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	6	331
Operações de Crédito		
Empréstimos		349
(-) Provisão para perdas associadas aos riscos de crédito		(18)
Outros Créditos		432
Diversos		432
TOTAL DO ATIVO		32.244

PASSIVO

	Nota Explicativa	31/dez/2025
CIRCULANTE		
Outras Obrigações		2.022
Fiscais e Previdenciárias		123
Sociais e Estatutárias	7	1.832
Diversas		67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	30.222
Capital Social		30.000
Reserva Legal		203
Reserva Especial		19
TOTAL DO PASSIVO		32.244

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS – R\$MIL

	Nota Explicativa	01/jul/25 a 31/dez/25	01/jan/25 a 31/dez/25
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.569	5.181
Operações de Crédito		543	1.348
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários		2.026	3.833
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.569	5.181
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS		(1.065)	(2.009)
Despesas de Pessoal		(110)	(290)
Despesas Administrativas	9	(550)	(1.092)
Outras Despesas Operacionais	10	(2.400)	(2.728)
Outras Receitas Operacionais	11	1.968	2.069
Outras Receitas não Operacionais		27	32
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.504	3.172
IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(281)	(810)
Imposto de Renda		(171)	(497)
Contribuição Social		(110)	(313)
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		1.223	2.362
Juros S/Capital Próprio		(832)	(1.306)
Lucro Ajustado P/Adição do JCP		391	1.056
Lucro/Prejuízo por Ações		0,013	0,035

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$MIL

	Capital Social	Reservas		Lucros/Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais de Lucros		
Saldo em 01/jul/2025	30.000	150	-	681	30.831
Lucro do semestre				391	391
Lucro Acumulado					-
Constituição de Reserva		53	19	(72)	-
Distribuição do Lucro				(1.000)	(1.000)
Saldo em 31/dez/25	30.000	203	19	-	30.222
Mutação no Período	-	53	19	(681)	(609)
Saldo em 31/dez/24	30.000	150	1.975	-	32.125
Lucro do período				1.056	1.056
Lucro Acumulado				16	16
Constituição de Reserva		53	19	(72)	-
Distribuição do Lucro			(1.975)	(1.000)	(2.975)
Saldo em 31/dez/25	30.000	203	19	-	30.222
Mutação no Período	-	53	(1.956)	-	(1.903)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS DO PERÍODO – R\$MIL

	01/jul/25 a 31/dez/25	01/jan/25 a 31/dez/25
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Ajustado		
Lucro líquido do Período/Exercício	391	1.056
Lucro Acumulado Ajustado Res. 4966	0	16
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	144	340
Variações de Direitos e Obrigações		
Redução/(aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(3.066)	(1.983)
Redução/(aumento) em Operações de Crédito	2.489	3.080
Redução/(aumento) em Tributos a Compensar	355	345
Redução/(aumento) em Outros Pagamentos	(412)	(412)
Redução/(aumento) em Devedores Diversos	578	107
Redução/(aumento) em Despesa Antecipada	49	0
(Redução)/Aumento em Obrigações Sociais e Tributárias	946	387
(Redução)/aumento em Obrigações Diversas	(499)	(10)
(Redução)/aumento em Credores Diversos	(7)	(10)
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas Atividades Operacionais	968	2.916
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de Dividendos	(1.000)	(2.975)
Integralização de Capital	-	-
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas Atividades de Financiamentos	(1.000)	(2.975)
(Redução)/Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(32)	(59)
Aumento/(redução) líquido nas disponibilidades	(32)	(59)
Saldo das disponibilidades no início do período	49	76
Saldo das disponibilidades no fim do período	17	17

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES – R\$MIL

	01/jul/25 a 31/dez/25	01/jan/25 a 31/dez/25
Lucro ou Prejuízo Líquido do Período/Exercício	391	1.056
Outros Componentes do Resultado Abrangente	0	16
(=) Resultado Abrangente Total	391	1.072

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Teresina – PI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM R\$MIL)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 01 de julho de 2019, tem como objeto social a realização de operações de financiamento, a prazo médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de previsão para instituições da espécie.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para instituições financeiras e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo BCB.

As demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, cuja autorização para sua conclusão e/ou aprovação ocorreu em 06 de fevereiro de 2026.

Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 - Instrumentos Financeiros

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/2021, que determina os parâmetros para: Classificação, mensuração, divulgação, reconhecimentos e baixa dos instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito, designação e reconhecimento contábil de relações de proteção e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Por esta razão as demonstrações contábeis não estão sendo apresentadas de forma comparativa, em consonância com o art. 102 da Resolução BCB nº 352/23.

A classificação dos instrumentos financeiros: reordenamento das carteiras de operações de crédito por suas modalidades.

A Instituição classifica os instrumentos financeiros de Cotas De Fundos De Investimento pela categoria de Valor Justo no Resultado e as operações de crédito pela categoria de custo amortizado.

O cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: parte-se para um modelo de provisão de perda incorrida, mais a perda esperada da operação, com base na distribuição por tipo de carteira, mensuração dos dias de atraso, além da classificação ou não como ativo problemático.

Os instrumentos financeiros terão o reconhecimento de juros interrompidos com mais de 90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado como problemático.

Aspectos fiscais: a Lei nº 14.467/22 estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas.

O novo modelo de reconhecimento de juros das operações de crédito prevê o stop accrual quando ocorrer o atraso destas operações for superior a 90 (noventa) dias de atraso ou o ativo considerado como problemático.

Foi adotada a metodologia simplificada para apuração das perdas associadas ao risco de crédito, conforme estabelece a Resolução BCB nº 352/23, com base em premissas de segregação da carteira, arrasto da provisão por ativo problemático e nível de atraso.

A Financeira concluiu que a transição para a Resolução 4.966 resultou em um ajuste no patrimônio de R\$ 16.540,18, líquido dos efeitos tributários.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, destacamos:

a) APURAÇÃO DOS RESULTADOS

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério “pró-rata” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial.

b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São representados por disponibilidades em moeda nacional e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo.

c) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS

As operações de crédito são registradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, que substituiu a sistemática anterior prevista na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nos termos da nova regulamentação, a provisão para perdas de crédito passou a ser mensurada com base no modelo prospectivo de perdas esperadas, em substituição ao modelo de perdas incorridas.

A instituição adota a carteira de operações de crédito de acordo com a classificação de ativos financeiros por categoria de custo amortizado e revisa periodicamente a classificação das operações e os modelos utilizados para cálculo das provisões, mantendo documentação, premissas e cenários que suportem as estimativas.

d) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda da instituição e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

e) RESULTADO POR AÇÃO

Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

NOTA 4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixas e equivalentes de caixa com o valor de mercado está demonstrada a seguir:

	31/12/2025
Bancos	17
Total	17

NOTA 5. TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por valor justo no resultado:

	31/12/2025
Fundo de Investimento	31.464
Total	31.464

NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) A composição da carteira de operações de crédito por grupo de produto:

Produto	31/12/2025
Consignado	331
TOTAL	331

b) Composição da carteira por modalidade e critério de classificação do ativo financeiro:

Custo Amortizado	
Modalidade	31/12/2025
Empréstimo	331
TOTAL	331

c) Composição das operações de crédito com problemas de recuperação:

Ativo Financeiro	31/12/2025
Não Problemático	331
TOTAL	331

d) Composição de operações de créditos pelo contábil bruto por dias de atraso:

Carteira C5	31/12/2025
Não Problemáticos	349
Ativos não prob. 0-14 dias atras	117
Ativos não prob. 15-30 dias atras	230
Ativos não prob. 31-60 dias atras	2
TOTAL	349

e) Composição de operações de créditos por carteira de provisão:

Ativo Financeiro	31/12/2025
Carteira C5	331
TOTAL	331

NOTA 7. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Composição:

Sociais e Estatutárias	31/12/2025
Juros sobre Capital Próprio	832
Dividendos a Pagar	1.000
Total	1.832

- Aprovado em Ata Extraordinária dos Acionistas em 19 de dezembro de 2025. Os sócios deliberaram distribuir o montante de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** correspondentes a uma parte dos lucros apurados até o mês de novembro de 2025 e aos lucros apurados pela Sociedade nos exercícios anteriores ao do ano de 2025 (lucros acumulados e reserva de lucros).

NOTA 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL REALIZADO

O capital está composto de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), divididos em 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por ação.

b) RESERVAS E LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

O lucro do exercício apurado resultou em **R\$ 1.056.054,30 (um milhão cinquenta e seis mil e cinquenta e quatro reais e trinta centavos)**, somando com o lucro obtido sobre ajuste de despesa em provisão de operações de crédito conforme definição da Resolução CMN nº 4.966/2021, no valor de **R\$ 16.540,17 (dezesesseis mil quinhentos e quarenta reais e dezessete centavos)**, resultou em **R\$ 1.072.594,47 (um milhão setenta e dois mil quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos)**.

Do total apurado, foi deliberada a distribuição de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** aos acionistas, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025.

Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, foi realizada a opção pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio imputado ao valor dos Dividendos, contabilizados no exercício de 2025 no montante de **R\$ 1.306.582,21**.

Destinação de 5% à Reserva Legal (destinação obrigatória sobre o lucro apurado do exercício) no valor de **R\$ 52.802,72**, e o saldo restante, no valor de **R\$ 19.791,75** para Reserva Especial de Lucros, permanecendo registrado no Patrimônio Líquido da Companhia.

NOTA 9. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das Despesas Administrativas, expresso em reais:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	01/jul/2025 a 31/dez/2025	01/jan/2025 a 31/dez/2025
ADMINISTRATIVAS	19.016	40.480
PROC. DE DADOS	326.295	677.887
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	2.141	3.825
DESPESAS FINANCEIRAS	37.786	75.798
SERVIÇOS PRESTADOS	59.713	108.275
OUTRAS DESP. ADMINISTRATIVAS	104.676	185.245
TOTAL	549.627	1.091.510

NOTA 10. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Abaixo a composição das Despesas Operacionais, expresso em reais:

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	01/jul/2025 a 31/dez/2025	01/jan/2025 a 31/dez/2025
PREJUÍZO EM OP. DE CRÉDITO	1.945.377	1.945.377
PROVISÕES PARA OP. DE CRÉDITO	260.471	456.061
COFINS S/ RECEITA BRUTA	103.841	208.505
PIS/PASEP S/RECEITA BRUTA	16.874	33.882
MULTAS E JUROS	72.834	83.723
TOTAL	2.399.397	2.727.548

NOTA 11. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Abaixo a composição das Receitas Operacionais, expresso em reais:

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	01/jul/2025 a 31/dez/2025	01/jan/2025 a 31/dez/2025
RECUPERAÇÃO DE OP. DE CRÉDITO	1.436.327	1.538.122
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	13.591	13.591
REVERSÃO DE PROVISÃO OP. DE CRÉDITO	517.421	517.421
TOTAL	1.967.339	2.069.134

NOTA 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O IRPJ/CSLL foi calculado com base no Lucro Real Trimestral e recolhido trimestralmente, durante o ano de 2025.

IRPJ/CSLL	01/jul/2025 a 31/dez/2025	01/jan/2025 a 31/dez/2025
Lucro antes dos Ajustes	672.522	1.866.178
(+) Adições	144.457	340.048
(-) Exclusões	(83.919)	(120.916)
Base de Cálculo IRPJ/CSLL	733.061	2.085.310
Imposto de Renda - (15% + 10% adicional)	171.265	497.328
Contribuição Social - 15%	109.959	312.797

NOTA 13. LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basileia)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, diretrizes estabelecidas pelas Resoluções do CMN n.º 4.192, de 01/03/2013 e 4.193, de 01/03/2013 complementadas e alterações posteriores pela normatização emitida pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 14. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

Os acionistas e administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor Gestão de Riscos, que tem por finalidade a gestão dos riscos operacional, de crédito, de mercado, de liquidez, social, ambiental e climática, do gerenciamento de capital e Acordo de Basileia na sua estrutura, sendo compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital,

considerando os objetivos estratégicos da instituição. O gerenciamento de riscos e de capital é de responsabilidade de cada um dos colaboradores, sendo que as políticas e metodologias estão descritas em políticas internas e são revisadas e aprovadas pela diretoria.

NOTA 15. EVENTOS SUBSEQUENTES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 19 de janeiro de 2026, a Instituição foi notificada pelo Município de Teresina acerca dos Autos de Infração nº 043-900873/2025 e nº 043-900874/2025, relativos ao alegado descumprimento do recolhimento do ISS – Imposto Sobre Serviços incidente sobre “serviços acessórios necessários para viabilizar a operação de crédito” e à ausência de envio das informações da DESIF, no período de janeiro de 2021 a agosto de 2025, respectivamente.

O montante total da autuação é estimado em R\$ 1.417.016,05 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil, dezesseis reais e cinco centavos).

Com base na avaliação da assessoria jurídica e nos fundamentos apresentados na defesa administrativa protocolada em 19 de fevereiro de 2026, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Dessa forma, em conformidade com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisão para contingências passivas nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, tendo em vista que a saída de recursos não é considerada provável.

Como evento subsequente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Instituição efetuou, em 19 de fevereiro de 2026, o pagamento da multa referente ao Auto de Infração nº 043-900874/2025, no montante de R\$ 38.761,55 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), relacionado à ausência de envio das informações “DESIF” no período de 2021 a 2025.

O referido desembolso foi reconhecido no resultado do exercício de 2026, sem prejuízo da continuidade da defesa administrativa em relação ao auto de infração mencionado.